Docusign Envelope ID: E2EA9C4B-86E7-442A-82A8-BBDCF4408641

Anúcibus Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.212.090/0001-91

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

Ativo	2025	2024	**Passivo e Patrimônio Líquido**	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	691	697	Obrigações tributárias	21	21
Impostos à Recuperar	-	-	Aquisição de investimentos à pagar	-	-
Circulante	**691**	**697**	Outros Passivos	1.164	1.164
Tributos a Recuperar	104	104	**Circulante**	**1.185**	**1.185**
Partes Relacionadas	1	-	Passivo descoberto	-	2.875
Investimentos em controlada	4.194	-	**Não Circulante**	**-**	**2.875**
Não Circulante	**4.299**	**104**	Capital social	39.611	14.611
			Adiantamento para futuro aumento de capital	-	11.358
			Reserva de Capital	6.757	6.757
			Ágio na transação de capital	(5.497)	(5.497)
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.972	(5.162)
			Prejuízos Acumulados	(41.038)	(25.326)
			Patrimônio Líquido	**3.805**	**(3.259)**
Total do Ativo	**4.990**	**801**	**Total do Passivo e do Patrimônio Líquido**	**4.990**	**801**

Demonstração do Resultado do Exercício	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	-	(3)
Resultado de equivalência patrimonial	(15.708)	(9.603)
Outras receitas (despesas)	-	-
Despesa financeira	(5)	-
Receita financeira	-	24
Resultado do Período	**(15.713)**	**(9.582)**
IRPJ e CSLL	-	-
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas	**-**	**-**
Resultado do Período	**(15.713)**	**(9.582)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Anúcibus Participações S.A. ("Companhia"), sediada na rua Avenida Queiroz Filho, nº 1700 – Conj 704 Torre Sky no bairro Vila Hamburguesa em São Paulo – SP possui investimento indireto na Enova Foods S.A., empresa que atua nos segmentos de barras de *mixed nuts*, barras de proteína com whey, *nuts*, amendoins, paçocas, refresco em pó, salgadinhos, adoçantes, achocolatados, gelatinas diet, colágeno e creatina, com as marcas Agtal, Amendoim Brasil, Enjoy, Ki-Suco, Monama, Tivva, Paçoca Agtal, Glup, Mixed Nuts, Promix, Assugrin, Doce Menor, Tal & Qual, Gold. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis adotadas:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos financeiros. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **2.2. Bases de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo as principais descritas nos itens posteriores, e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada da Enova Foods Participações S.A. Na preparação das demonstrações contábeis consolidadas, os saldos entre as empresas foram eliminados, bem como o saldo do investimento da Companhia nas controladas. A participação dos acionistas não controladores foi destacada. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a participação da Companhia nas controladas diretas e indiretas é a seguinte:

	Participação no Capital Social - %	
	2025	2024
Controladas diretas		
Enova Foods Participações S.A.	100%	100%
Controladas indiretas		
Enova Foods S.A.	100%	100%

2.3. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Lei das Sas, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 06 de abril de 2026. **2.4. Novas normas e interpretações:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • **Alterações ao CPC 02 (R2) –** Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade • **Alterações ao CPC 18 (R3) –** Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **2.5. Nova normas e interpretações:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis; • Em tradução e estudo pelo CPC o IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; • Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros; • Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. A Companhia não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações contábeis, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **2.6. Instrumentos financeiros - 2.6.1. Ativos e passivos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: **(i)** ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; **(ii)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; **(iii)** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. **i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para este fim, principalmente, no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **iii) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente. **iv) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: **(a)** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, **(b)** passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, **(c)** contrato de garantia financeira, **(d)** compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e **(e)** a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15. **v) Desreconhecimento - Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **2.6.2. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e de baixo risco de variação no valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **2.8. Contas a receber:** As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda de crédito esperada ("PECLD" ou "*impairment*"). A provisão para perda de crédito esperada é constituída com base na análise individual dos valores a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. Para casos de valores a receber provisionados cuja probabilidade de perda foi revista e posteriormente alterada, a Companhia e suas controladas revertem tais perdas de maneira prospectiva. **2.9. Estoques:** São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. São avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e, quando aplicável, acrescidos de gastos relativos aos transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, incluem os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **2.10. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada com base nas taxas que levam em conta a vida útil-econômica estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos bens são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.11. Intangível:** Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O intangível inclui: **(i)** marcas; **(ii)** licenças de uso de sistemas computadorizados (softwares), incluindo os correspondentes gastos com implementação; **(iii)** carteiras de clientes; **(iv)** ágio na aquisição de controladas; e **(v)** desenvolvimento de produtos. **2.12. Avaliação do valor recuperável – *"impairment"* - a) Ativos:** A Companhia e suas controladas analisam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: **(i)** seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para ende-lo; e **(ii)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("*impairment*"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), correspondentes as unidades produtivas localizadas nas cidades de Queluz (SP) e Catanduva (SP), as quais os ativos estejam alocados. **b) Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. **c) Ágio:** Anualmente a Administração avalia a recuperabilidade do ágio registrado na UGC correspondente a unidade produtiva onde o ágio foi alocado, a qual está localizada na cidade de Queluz (SP), com o objetivo de testar as perdas sobre o valor recuperável do ágio gerado na aquisição da Agtal. Se o valor recuperável da UGC for inferior ao seu valor contábil, é primeiramente alocado para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e posteriormente aos outros ativos da unidade pelo critério *"pro rata"* com base no valor contábil de cada ativo na unidade. **2.13. Tributação - a) Impostos correntes:** Conforme definido pela legislação tributária, no regime de tributação com base no Lucro Presumido, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes. Para as receitas financeiras, tributa-se a base de 100% à alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. As controladas são tributadas pelo regime de tributação com base no lucro real e, sempre que aplicável, a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual), para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados no encerramento de cada exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de imposto de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao fisco. **b) Tributos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos refletem as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual a Companhia e suas controladas, no encerramento de cada exercício, esperam recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e quando a Companhia e suas controladas pretendem liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais. **2.14. Provisão para processos judiciais:** A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes aos processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para os processos judiciais e administrativos cuja probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia apenas efetua a divulgação e, para aqueles cuja probabilidade de perda é considerada remota, não há registro nem divulgações. **2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os outros ativos são demonstrados pelos valores de realização e os outros passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.16. Reconhecimento da receita:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. De acordo com os conceitos do CPC 47, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*overtime*), conforme a satisfação ou não das denominadas "obrigações de performance contratuais". A apropriação da receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação a qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas: **(i)** identificação do contrato; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; **(v)** reconhecimento da receita. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das práticas contábeis, descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, referem-se ao valor residual e avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para contingências, provisão para estoques obsoletos, projeção para recuperação dos tributos diferidos ativos e mensuração do valor recuperável dos ativos para fins de teste de *impairment*. **4. Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco inflacionário, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas concentram-se na busca de minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia. **a) Risco de crédito:** Esses riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro. **b) Risco de câmbio:** A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, notadamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A Administração estabeleceu uma política que busca cancelar seu risco cambial nas exportações através da contratação de dívida em moeda estrangeira e utilização de instrumentos financeiros derivativos quando necessário. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade. **c) Risco de liquidez:** A Administração da Companhia e suas controladas elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.A tabela a seguir mostra os detalhes do fluxo de pagamentos dos endividamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Ela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros, com base na data em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, e inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal incorridos até a data destas demonstrações contábeis:

Em 31 de dezembro de 2025	Até 01 mês	De 01 a 03 meses	De 03 a 06 meses	De 06 a 09 meses	De 09 a 12 meses	Acima 01 ano	Total
Fornecedores	12.108	8.551	206	-	-	-	**20.865**
Empréstimos e financiamentos – capital de giro	4.021	8.384	13.798	12.802	10.754	44.392	**94.151**
Empréstimos e financiamentos – adiantamento de câmbio	-	-	1.162	1.136	-	-	**2.298**
Empréstimos e financiamentos – cessão de recebíveis	3.694	4.417	3	-	-	-	**8.114**
Empréstimos e financiamentos – risco sacado	329	401	-	-	-	-	**730**
Total	**20.152**	**21.753**	**15.169**	**13.938**	**10.755**	**44.392**	**126.159**

Em 31 de dezembro de 2024	Até 01 mês	De 01 a 03 meses	De 03 a 06 meses	De 06 a 09 meses	De 09 a 12 meses	Acima 01 ano	Total
Fornecedores	12.109	8.917	103	-	-	-	**21.129**
Empréstimos e financiamentos - capital de giro	999	3.133	5.617	6.274	6.374	53.364	**75.761**
Empréstimos e financiamentos - adiantamento de câmbio	-	-	-	2.229	-	-	**2.229**
Empréstimos e financiamentos - cessão de recebíveis	-	-	-	2.500	-	-	**2.500**
Empréstimos e financiamentos - risco sacado	454	76	-	-	-	-	**530**
Total	**13.562**	**12.126**	**5.720**	**11.003**	**6.374**	**53.364**	**102.149**

d) Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis as variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e dívidas com taxas de juros variáveis, substancialmente, atreladas ao CDI. **e) Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base sólida de capital para manter a confiança de investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, considerando seu custo de capital, os riscos associados e as necessidades de financiamento para o desenvolvimento dos negócios.

O índice de endividamento em 31 de dezembro é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total de empréstimos e financiamentos	-	-	**105.293**	**81.020**
Caixa e equivalentes de caixa	691	697	(31.263)	(9.012)
Dívida líquida	-	-	74.030	72.008
Total do patrimônio líquido	**3.805**	**(3.259)**	**3.805**	**(3.259)**
Total do capital	-	-	**77.835**	**68.748**
Relação da dívida líquida sobre o capital	-	-	95,11%	104,74%

f) Análise de sensibilidade: A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente à taxa de juros variável indexada ao CDI. A análise de sensibilidade preparada pela Administração é resumida na tabela a seguir:

Instrumento financeiro	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Empréstimos e financiamentos	Variação do CDI	(6.921)	(8.651)	(10.381)

O cenário provável considera as taxas futuras da moeda estrangeira e do CDI, conforme cotações obtidas na B3 para as datas de vencimento previstas dos instrumentos financeiros ou encerramento do próximo exercício, o que acontecer primeiro. Os cenários possível e remoto consideram aumento nessas taxas à ordem de 25% e 50%, respectivamente. **5. Instrumentos financeiros - 5.1. Instrumentos financeiros por categoria (consolidado):** Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram classificados nas seguintes categorias em 31 de dezembro:

Instrumentos financeiros ativos	2025	2024
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa **(Nota Explicativa nº 6)**	31.263	9.012
Contas a receber de clientes **(Nota Explicativa nº 7)**	74.263	61.624
Aplicação financeira	2.901	376
Outros ativos	7.060	7.650
Depósitos judiciais	535	526
Total	**116.022**	**79.197**
Instrumentos financeiros passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos **(Nota Explicativa nº 14)**	105.293	81.020
Fornecedores **(Nota Explicativa nº 15)**	20.865	21.129
Outros passivos **(Nota Explicativa nº 17)**	3.542	5.139
Total	**129.700**	**107.288**

6. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	691	697	4.159	3.676
Aplicações financeiras **(*)**	-	-	27.104	5.336
Total	**691**	**697**	**31.263**	**9.012**

(*) A aplicação financeira possui liquidez imediata e é remunerada a taxa de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

7. Contas a receber de clientes (consolidado)	2025	2024
Contas a receber de clientes - nacionais	76.878	63.248
Contas a receber de clientes - internacionais	549	1.379
Total	**77.427**	**64.627**
Provisão para perda de crédito esperada	(3.164)	(3.003)
Total	**74.263**	**61.624**

A Companhia registra a provisão para perda de crédito esperada para títulos vencidos há mais de 360 dias, pois considera que a partir desse período há riscos potenciais de inadimplência. Adicionalmente, a Administração efetua uma avaliação individualizada da situação financeira dos clientes para avaliar a necessidade de uma provisão além daquela já estabelecida. A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2025	2024
A vencer	**67.595**	**57.759**
Vencidos		
Até 30 dias	4.583	2.026
De 31 a 90 dias	1.618	895
De 91 a 120 dias	51	82
De 121 a 180 dias	-	102
De 181 a 360 dias	416	760
Acima de 360 dias	3.164	3.003
Total	**77.427**	**64.627**

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**(3.003)**	**(3.358)**
Movimentação	(161)	355
Saldo em 31 de dezembro	**(3.164)**	**(3.003)**

8. Estoques (consolidado)	2025	2024
Produtos acabados	2.530	3.284
Matéria-prima	2.391	5.534
Material de embalagem	2.269	3.775
Material de consumo	1.001	1.076
Total	**8.191**	**13.669**

A administração a partir de 2021 adotou como política de estoques obsoletos efetuar a baixa mensal de 100% dos itens vencidos e os próximos a vencer no final de cada mês, não tendo necessidade de provisão para obsolescência.

9. Tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IPI a recuperar	-	-	582	273
ICMS sobre ativo	-	-	109	85
ICMS a recuperar	-	-	1.510	-
PIS e Cofins a recuperar	-	-	3.296	-
ICMS-ST a recuperar	-	-	290	606
Impostos a recuperar sobre armazenagem	-	-	55	146
IRPJ a recuperar	-	-	189	189
CSLL a recuperar	-	-	66	66
Outros	104	104	431	115
Total	**104**	**104**	**6.528**	**1.480**
Imposto a recuperar circulante	-	-	6.424	1.376
Imposto a recuperar não circulante	**104**	**104**	**104**	**104**

10. Imposto de renda e contribuição social (consolidado) - Diferidos: Os saldos de ativo e passivo diferidos têm a seguinte composição:

	2025	2024
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	38.969	34.906
Diferenças temporárias		
Provisão para perda de crédito esperada	1076	1.021
Provisão para processos judiciais	228	181
Provisão para comissões	304	259
Provisão para fretes	110	(81)
Provisão para campanhas de venda	647	382
Outras provisões	256	285
Total	**41.590**	**36.953**
Créditos fiscais não reconhecidos	(40)	(649)
Total diferido ativo	**41.550**	**36.304**
Ágio e diferença de taxa de depreciação	(10.183)	(10.537)
Total diferido passivo	**(10.183)**	**(10.537)**
Total diferido líquido	**31.367**	**25.767**

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pelos órgãos da Administração, a Companhia e suas controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, líquidos de diferenças temporárias, nos seguintes exercícios:

Ano	R$
2026	257
2027	1.789
2028	5.389
2029 em diante	23.932
Total	**31.367**

A Administração da Companhia e suas controladas consideram que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução dos processos judiciais e dos demais eventos. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios que estão sendo implementadas conforme planos executados pela Administração. Dessa forma, a Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a recuperação dos créditos tributários contabilizados seja provável. **Correntes:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Controladora	2025	2024
Receitas financeiras	-	24
Alíquotas nominais	34%	34%
Crédito tributário	-	(8)
Ajustes dos impostos referentes a:		
Diferenças permanentes	-	(16)
Total	**-**	**-**
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	-	-

Consolidado	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(21.313)	(14.582)
Alíquotas nominais	34%	34%
Crédito tributário	7.246	4.958
Ajustes dos impostos referentes a:		
Diferenças permanentes	(2.989)	(747)
Diferenças temporárias	(3.624)	(950)
Diferença entre depreciação fiscal e societária	(255)	7
Créditos fiscais não reconhecidos	5.222	1.732
Total	**5.600**	**5.000**
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	**5.600**	**5.000**

11. Investimentos e provisão para perdas com investimentos (controladora)

	Capital Social	Participação % 2024	Participação % 2025	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial 2025	Equivalência Patrimonial 2024	Saldo de investimento 2025	Saldo de investimento 2024
Enova Participações S.A.	65.993	100	100	4.194	(15.708)	(15.708)	(9.603)	4.194	(2.875)
Total						**(15.708)**	**(9.603)**	**4.194**	**(2.875)**

A movimentação dos saldos de investimento é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	**(2.875)**	**(2.328)**
Capital Integralizado	25.000	-
Investimentos em controlada	-	11.358
Dividendos recebidos	(2.223)	(2.302)
Resultado de equivalência patrimonial	(15.708)	(9.603)
Total	**4.194**	**(2.875)**

12. Imobilizado (consolidado) - 12.1. Taxa média ponderada de depreciação

Categoria	(%) – Taxa média ponderada anual de depreciação	2025	2024
Terrenos	-	2.853	2.853
Edificações	2,86	6.446	6.751
Máquinas e equipamentos	6,31	6.756	7.196
Móveis, utensílios e instalações	8,04	1.815	1.471
Equipamentos de informática	10,56	689	818
Imobilizado em andamento	-	96	82
Total		**18.655**	**19.171**

12.2. Movimentação do ativo imobilizado	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.569**	**7.304**	**839**	**465**	**411**	**2.853**	**18.441**
Adições	564	1518	863	525	-287	-	**3.183**
Baixas, líquidas	(27)	(168)	(2)	-	-	-	**(198)**
Depreciação	(354)	(1.495)	(234)	(172)	-	-	**(2.255)**
Transferências	-	38	5	-	(43)	-	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**6.751**	**7.196**	**1.471**	**818**	**82**	**2.853**	**19.171**
Adições	93	1022	587	100	110	-	**1.912**
Baixas, líquidas	-	-	-	(1)	-	-	**(1)**
Depreciação	(398)	(1.517)	(284)	(228)	-	-	**(2.427)**
Transferências	-	55	41	-	(96)	-	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**6.446**	**6.756**	**1.815**	**689**	**96**	**2.853**	**18.655**

13. Intangível (consolidado)	(%) – Taxa anual de amortização	2025	2024
Softwares	30,1	519	467
Marcas e patentes **(*) (**)**		22.247	22.207
Carteira de clientes **(*)**	10,43	-	921
Ágio **(*)**		7.187	7.187
Desenvolvimento de produtos		155	155
Total		**30.108**	**30.937**

(*) O saldo de carteira de clientes, marcas e patentes e do ágio é proveniente da incorporação da Acastanea em maio de 2015, como resultado da aquisição da A. Guedes Torrefação de Amendoim Ltda. ("Agtal") naquele mesmo ano. O valor recuperável desse ágio foi determinado com base no cálculo do valor em uso e na identificação da menor UGC associada ao negócio, utilizando projeções dos fluxos de caixa aprovados pela Administração e trazidos a valor presente com base em taxa de desconto julgada razoável para mensurar os riscos inerentes e a remuneração esperada. A Administração utilizou a taxa ponderada média de custo de capital *("Weighted Average Cost of Capital – WACC")* da Companhia e suas controladas como taxa-base para trazer os fluxos de caixa projetados a valor presente. **(**)** Em 2023 a Controlada da Enova Foods Participações S.A. adquiriu uma gama de marcas de produtos alimentícios, o contrato de compra tem como última parcela de vencimento em novembro de 2027. No registro inicial foi calculado o ajuste ao valor presente o saldo registrado de intangível e outro contas a pagar no montante de R$ 17.689. O orçamento financeiro baseia-se na taxa de crescimento média de longo prazo prevista para o mercado em que a Companhia e suas controladas atuam e em premissas operacionais elaboradas pela Administração. A Administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil a exceder o seu valor recuperável.

Movimentação do intangível	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**30.937**	**31.427**
Adições	164	454
Amortização	(993)	(944)
Saldo em 31 de dezembro	**30.108**	**30.937**

14. Empréstimos e financiamentos - a) Composição dos empréstimos e financiamentos

		2025	2024
Capital de giro	Maio de 2029	66.602	39.953
CRA	Maio de 2029	31.981	40.122
Risco sacado	Fevereiro de 2025	730	530
Adiantamento de Contrato de Câmbio	Agosto de 2025	2.298	2.230
Cessão de recebíveis	Abril de 2029	8.114	2.500
	Total	**109.725**	**85.335**
Custos a amortizar		(4.432)	(4.315)
Total		**105.293**	**81.020**
Circulante		60.901	27.656
Não circulante		**44.392**	**53.364**

O custo médio ponderado de captação da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de 15,78% ao ano (13,84% em 2024). Em 31 de dezembro, o cronograma de pagamento da parcela do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Ano	2025	2024
2026	-	24.066
2027	23.671	13.855
2028	17.418	12.350
2029	3.303	3.093
Total	**44.392**	**53.364**

Os empréstimos estão garantidos pelos recebíveis da Companhia e suas controladas, bem como pelos próprios bens financiados.

b) Movimentação de empréstimos e financiamentos	Saldo 31/12/24	Apropriação do custo de transação	Atualização monetária e juros	Captação	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Variação cambial	AFAC	Saldo 31/12/25
Adiantamento de contrato de câmbio	**2.230**	-	(86)	2.529	(2.375)	-	-	-	**2.298**
Capital de giro	**39.953**	-	11.166	39.485	(12.492)	(11.510)	-	-	**66.602**
Debentures conversíveis em ações	**-**	**-**	-	-	-	-	**-**	**-**	**-**
CRA	**40.122**	-	7.816	-	(8.163)	(7.794)	-	-	**31.981**
Cessão de recebíveis	**2.500**	-	-	12.899	(7.285)	-	-	-	**8.114**
Risco sacado	**530**	-	5	4.480	(4.281)	(4)	-	-	**730**
Custo de transação	**(4.315)**	1.533	-	(1.650)	-	-	-	-	**(4.432)**
Total de empréstimos e financiamentos	**81.020**	**1.533**	**18.901**	**57.744**	**(34.595)**	**(19.308)**	**-**	**-**	**105.293**

	Saldo 31/12/23	Apropriação do custo de transação	Atualização monetária e juros	Captação	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Variação cambial	AFAC	Saldo 31/12/24
Adiantamento de contrato de câmbio	**4.451**	-	-	1.968	(4.450)	-	261	-	**2.230**
Capital de giro	**61.415**	-	11.993	20.329	(44.740)	(9.044)	-	-	**39.953**
Debentures conversíveis em ações	**-**	-	1.358	10.000	-	-	-	(11.358)	**-**
CRA	**-**	-	5.331	39.998	-	(5.207)	-	-	**40.122**
Cessão de recebíveis	**3.072**	-	727	12.889	(12.865)	(1.323)	-	-	**2.500**
Risco sacado	**1.146**	-	-	6.057	(6.673)	-	-	-	**530**
Custo de transação	**(695)**	854	-	(4.474)	-	-	-	-	**(4.315)**
Total de empréstimos e financiamentos	**69.389**	**854**	**19.409**	**86.767**	**(68.728)**	**(15.574)**	**261**	**(11.358)**	**81.020**

c) Cláusulas restritivas de contratos de empréstimos (*"covenants"*): A Controlada Enova Foods S.A. possui um "CRA" que incluem cláusulas restritivas ("*covenants*") que exigem a manutenção de certos índices financeiros e outras condições. **Principais cláusulas restritivas:**• Índice de Endividamento: O índice de endividamento no exercício de 2024 não pode exceder 3,0x o EBITDA ajustado, e no exercício de 2025 não pode exceder 2,5x; • Decretação de falência, liquidação ou dissolução da devedora, mudança na forma societária de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário; • Destinação dos recursos integralmente, direta e exclusivamente, as atividades econômicas inseridas na cadeira de agronegócio. Em 31 de dezembro a Controlada estava inadimplente com relação a cláusula restritiva (*covenant*) prevista em contrato de dívida, referente ao índice de endividamento, o qual estabelece que tal indicador não deve exceder 2,5 vezes o EBITDA ajustado no referido exercício. Desta forma, o montante de R$ 22.041 referente ao CRA registrado no passivo não circulante requer seu reconhecimento no passivo circulante. **d) Bens dados em garantia:** Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos. Para alguns empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente R$ 12.099 (R$ 11.448 em 2024) de bens do ativo imobilizado, ao custo, encontravam-se gravados em garantia e são representados em sua grande maioria por edificações e máquinas e equipamentos.

15. Fornecedores (consolidado)	2025	2024
Fornecedores de matéria-prima e embalagem	15.433	17.873
Verbas e campanhas a pagar	3.878	3.114
Serviços de distribuição	1.554	142
Total	**20.865**	**21.129**

16. Tributos parcelados (consolidado)	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	24.766	21.960
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	18.153	7.522
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	6.730	5.450
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	1.767	2.615
Outros	225	237
Total	**51.641**	**37.784**
Circulante	15.944	11.607
Não circulante	**35.697**	**26.177**

Os pagamentos dos impostos parcelados vêm sendo efetuados nas respectivas datas de vencimento, não havendo atrasos.

17. Outros passivos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de honorários	-	-	480	4
Fornecedores de materiais de consumo	-	-	1.010	981
Outros passivos de marcas	1.164	1.164	1.164	1.164
Fornecedores de serviços	-	-	628	2.336
Provisão despesas comerciais	-	-	207	22
Outros	-	-	53	632
Total	**1.164**	**1.164**	**3.542**	**5.139**

18. Provisão para processos judiciais (consolidado): A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas, como se segue:

	2025	2024
Trabalhista	289	153
Cível	383	380
Total	**672**	**533**

A movimentação da provisão para contingências nos exercícios está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	**533**	**1.109**
Movimento	326	(522)
Pagamentos	(187)	(54)
Saldo em 31 de dezembro	**672**	**533**

Adicionalmente, a Companhia está ciente de outros processos cuja probabilidade de perda, de acordo com seus assessores jurídicos, é possível, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 18.058 (R$ 14.795 em 2024). **18.1. Depósitos judiciais:** Os saldos de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão representados a seguir:

	2025	2024
Trabalhista	535	526
Total	**535**	**526**

19. Aquisições de marcas a pagar (consolidado)

	Saldo 31/12/24	Atualização monetária e juros	Pagamentos Principal	Pagamentos juros e variação monetária	Saldo 31/12/25
Aquisições de marcas a pagar	15.836	1.959	(3.172)	(1.959)	12.664
Total	**15.836**	**1.959**	**(3.172)**	**(1.959)**	**12.664**
Circulante	4.110				5.169
Não circulante	**11.726**				**7.495**

20. Remuneração da Administração: O montante pago a título de remuneração da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R$ 2.223 (R$ 2.302 em 2024), através da controlada, Enova Participações S.A. **21. Patrimônio líquido - Capital social:** O capital social totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R$ 39.611, representado por 114.028.029 ações nominativas, sem valor nominal. Em 2025 ocorreu uma mudança no quadro dos acionistas saindo o Fundo de Investimentos em Participações Tuscany e entrando o Fundo de Investimentos em Participações Order VC LP. A partir de 2025 a totalidade das ações ordinárias passou a ser dividida entre 26,7% para o Fundo de Investimentos em Participações Order VC LP e 73,3% para Order Participações. As ações preferenciais ficam integralmente (100%) com os sócios executivos do grupo. **Dividendos:** Conforme definido no estatuto da Companhia, os acionistas têm direito a 25% do lucro do exercício, após a dedução das reservas legais, a título de dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos obrigatórios não serão pagos no exercício, ou serão distribuídos em valor inferior ao mínimo, se incompatível com a situação financeira da Companhia.

22. Receita líquida (consolidado)	2025	2024
Mercado interno	347.118	375.504
Mercado externo	6.635	7.835
Devoluções	(93.633)	(115.355)
Total	**260.120**	**267.984**
Tributos sobre vendas	(46.264)	(46.488)
Descontos e bonificações concedidas	(9.349)	(7.761)
Total	**(55.614)**	**(54.249)**
Receita líquida de vendas	**204.507**	**213.735**

23. Custos e despesas por natureza (consolidado)	2025	2024
Custo das vendas		
Custo de matéria-prima	(84.039)	(89.513)
Gastos gerais de fabricação	(4.837)	(4.844)
Depreciação e amortização	(2.294)	(2.290)
Pessoal	(13.487)	(14.312)
Total	**(104.657)**	**(110.959)**
Despesas operacionais		
Aluguel	(2.908)	(3.327)
Campanhas sobre vendas	(25.679)	(18.912)
Comissões sobre vendas	(4.961)	(5.827)
Consultorias e serviços de terceiros	(3.300)	(4.383)
Depreciação e amortização	(1.100)	(909)
Despesas com fretes	(18.879)	(17.737)
Marketing e merchandising	(5.906)	(8.701)
Pessoal	(21.463)	(25.075)
Royalties	(135)	(338)
Telefonia	(113)	(69)
Viagens e estadas	(2.831)	(3.920)
Outras	360	(2.396)
Total	**(86.915)**	**(91.594)**
Distribuídos em		
Despesas gerais e administrativas	(14.468)	(17.703)
Despesas com vendas	(72.447)	(73.891)
Total	**(86.915)**	**(91.594)**

24. Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	-	24	375	263
Juros ativos	-	-	708	606
Total	**-**	**24**	**1.083**	**869**
Despesas financeiras				
Juros passivos	-	-	(28.947)	(20.850)
Variação cambial líquida	-	-	(35)	(421)
Outras	(5)	-	(6.349)	(5.362)
Total	**(5)**	**-**	**(35.331)**	**(26.633)**
Resultado financeiro	**(5)**	**24**	**(34.248)**	**(25.764)**

25. Resultado por ação: O cálculo do resultado por ação básico e diluído é resumido a seguir:

	2025	2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(15.713)	(9.582)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	114.028	122.904
Prejuízo por ação (em reais por lote de mil ações)	(137,80)	(77,96)

26. Cobertura de seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros.

A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2025, está demonstrada a seguir:

Item	**Tipo de cobertura**	**Itens segurados**	**Capital segurado**
Responsabilidade civil	Danos relacionados com produtos, responsabilidades civis, danos materiais, corporais e morais, custos e despesas causados a terceiros	Produtos e responsabilidade civil	40.000
Patrimonial	Danos materiais causados por danos elétricos, incêndio, vendaval e tumulto e assegura a perda do aluguel	Os prédios estão segurados a 100% de seu valor de mercado	21.700

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da **Anúcibus Participações S.A. -** São Paulo – São Paulo. **Opinião com ressalvas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas Anúcibus Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Anúcibus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva - Descumprimento das obrigações relativas às cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:** Durante o exercício de 2025, a Enova Foods S.A. ("Controlada") celebrou contrato de empréstimo junto a determinadas instituições financeiras (na modalidade de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA), sendo que as citadas instituições financeiras possuem o direito de declarar o vencimento antecipado da dívida quando do descumprimento, pela Controlada, de determinadas cláusulas restritivas previstas em contrato. Em 31 de dezembro de 2025 a Controlada não atendia às citadas cláusulas restritivas, não tendo efetuado a reclassificação para o passivo circulante do consolidado, nas presentes demonstrações contábeis, do montante de R$ 22.041 mil registrado no passivo não circulante no saldo consolidado (conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil). Dessa forma, o passivo circulante consolidado está registrado a menor e o passivo não circulante consolidado está registrado a maior no montante de R$ 22.041 mil em 31 de dezembro de 2025. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 06 de abril de 2026. **Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. -** CRC 2SP-044.211/O-9-F, **João Henrique Schenk -** Contador CRC 1SP-202.127/O-8

Diretoria - Diretor Presidente: **Rafael Sottili -** Diretor Financeiro: **João Artur Trama Torres Fontes - Larissa Cristina Guimarães -** CRC: SP-345721/O-8

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 23/04/2026 21:15:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PJ A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*